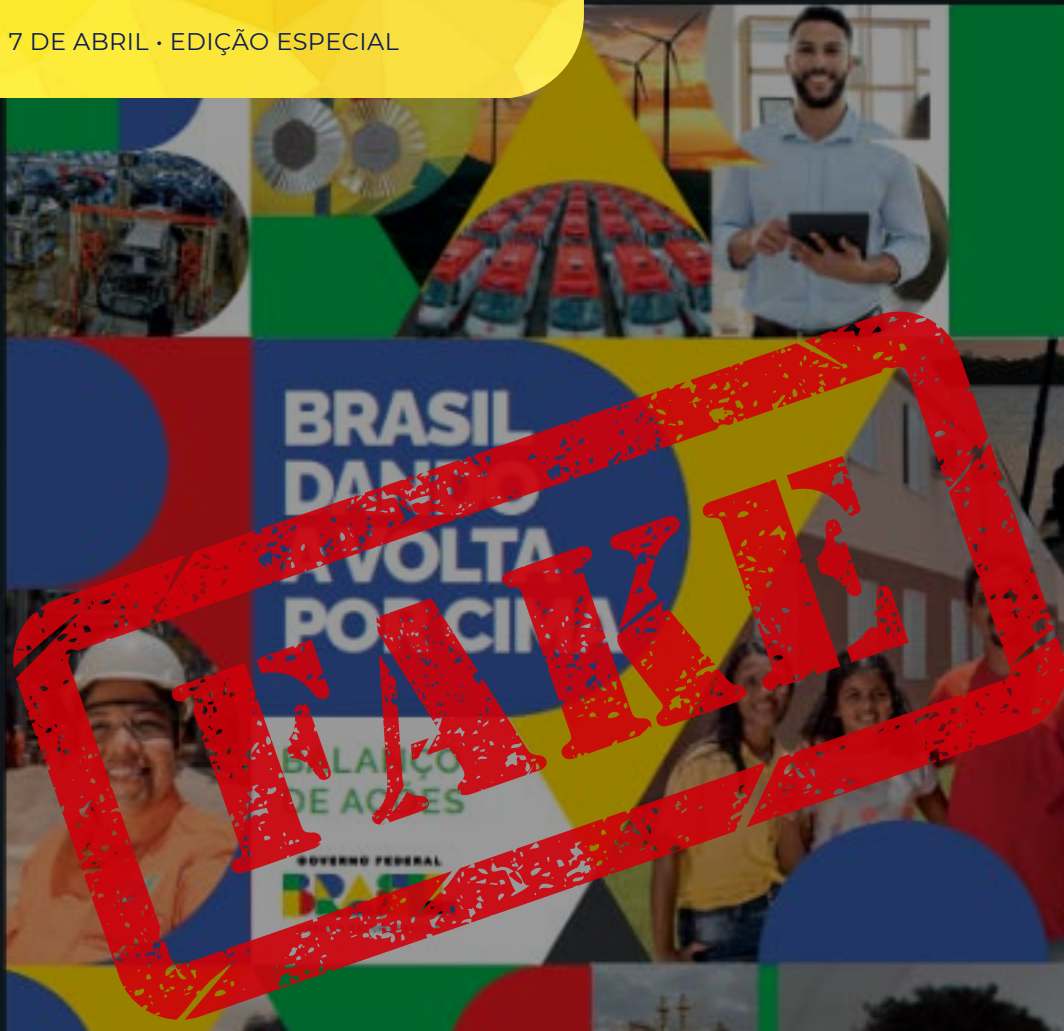


Observatório da Oposição 2025

7 DE ABRIL • EDIÇÃO ESPECIAL



O “1º de abril” de Sidônio: A arte do governo de construir narrativas falsas

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221





SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

PARTE I - CONTEXTO

Página

01

2

PARTE II - ANÁLISE DA
PUBLICAÇÃO

03

3

PARTE III - QUAIS FORAM AS
VERDADEIRAS ENTREGAS
DO GOVERNO?

34



Parte I - Contexto

A narrativa atual do governo é que basta melhorar a comunicação para que a população passe a reconhecer os supostos acertos da gestão petista. O [evento publicitário](#) “*O Brasil dando a volta por cima*” é um esforço para convencer os brasileiros de que há entregas relevantes sendo feitas, mas que estariam “*passando despercebidas*”. Nessa lógica, o governo Lula III estaria no rumo certo, e o problema seria apenas de percepção popular.

Os dados, como sempre, desmontam essa tese. **A população avalia mal o governo — e com razão.** A pesquisa Atlas Latam Pulse mostrou que **53,6%** dos brasileiros desaprovam a gestão. Na pesquisa Genial Quaest, esse número sobe para **56%**. Os piores índices recaem sobre áreas sensíveis como Segurança Pública e a alta carga tributária.

A insatisfação é plenamente justificável. Na **segurança** - assunto deixado de lado na peça publicitária -, o governo tem adotado uma postura leniente diante de situações inaceitáveis: o próprio presidente já minimizou o roubo de celulares; parlamentares governistas e o Executivo se opuseram ao fim das “*saidinhas*” de presos; e o crime organizado segue em expansão sem resposta à altura. No **combate à corrupção**, os sinais são igualmente preocupantes: indicadores internacionais de transparência e percepção de corrupção pioraram, e o governo se limitou a ignorar ou minimizar essas evidências, revelando descaso com um tema central para o país.

No **campo fiscal**, a insatisfação é evidente dado que o Brasil atingiu a maior carga tributária da sua história. Após dois anos de uma política meramente arrecadatória marcada por criação de impostos e aumento de tributos, o governo continua correndo atrás do prejuízo causado por sua gestão fiscalmente irresponsável — que tem claro objetivo de sustentar um projeto de poder.

Esse projeto, aliás, ficou escancarado na peça publicitária “*O Brasil dando a volta por cima*”. Trata-se de uma narrativa desconectada da realidade, que ignora os dados econômicos e o sentimento generalizado da população. **Não há comunicação que dê a volta por cima da realidade.**

Não à toa, o governo segue numa escalada de anúncios de novos benefícios e medidas pontuais em busca de recuperar popularidade e, ainda assim, a percepção dos brasileiros é de diminuição do poder de compra e de que a economia está em rota de colapso. Segundo as pesquisas, **81% da população dizem que hoje têm menos poder de compra do que há um ano e apenas 36% acreditam que a economia caminha na direção certa.**

A verdade é que, apesar do esforço concentrado e com a previsão de gastos na ordem de R\$ 3,5 bilhões com publicidade neste ano, o governo mal conseguiu reunir um documento que tivesse uma entrega relevante por Ministério.

Diante desse cenário, a Liderança da Oposição se viu obrigada a responder. Elencamos os dados manipulados ou falsos apresentados pelo governo, corrigimos distorções e, sobretudo, trouxemos à tona as informações que foram estrategicamente omitidas — elementos que, certamente, mostram que o problema não é falta de comunicação, e sim de boas entregas.



Parte II - Análise da publicação

Ponto 1



Recorte tendencioso



De volta ao top 10 das economias do mundo.

Nos últimos dois anos, o Brasil cresceu duas vezes mais que a média registrada entre 2019 e 2022.



Contexto amplo

O governo compara a média de crescimento atual com a do governo Bolsonaro, incluindo a pandemia.

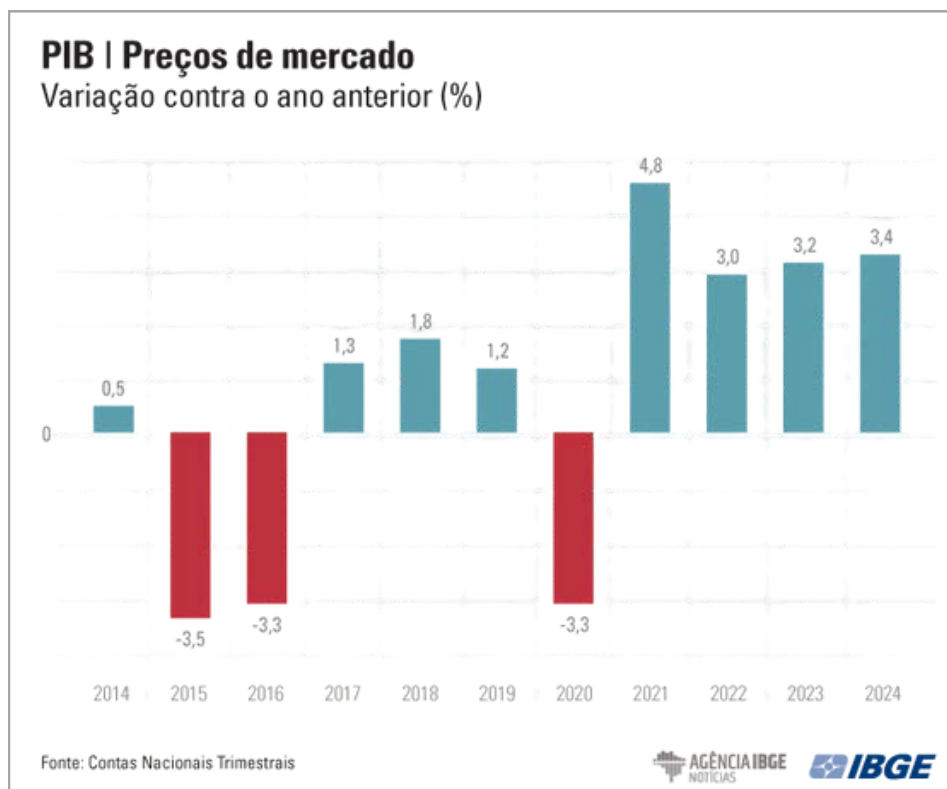
Sabe-se que esse é um recorte conveniente que omite o fato de que o crescimento em 2021 e 2022 foi maior do que o de 2023 e 2024.



Argumentação

Primeiramente, é importante destacar que a gestão atual impulsionou fortemente os gastos para incentivar a atividade econômica, o que já se mostra insustentável e acabou por elevar a inflação, a dívida pública e a taxa de juros do país.

O governo optou por comparar as taxas de crescimento dos dois primeiros anos de mandato com o período da pandemia — um recorte distorcido, já que a maior parte dos países registrou queda no PIB naquele momento. O que foi ignorado é que, na retomada pós-pandemia, o Brasil apresentou crescimento robusto sob a gestão anterior: o PIB cresceu 4,8% em 2021 e 3% em 2022. Já no governo Lula, o crescimento foi de 3,2% em 2023 e projeta-se 3,4% em 2024. Para este ano, a expectativa de crescimento é de 1,97%. Veja o gráfico abaixo:



Ponto 2

✗ Recorte tendencioso

Salário mínimo teve o maior crescimento dos últimos seis anos.

Entre 2019 e 2022, o salário mínimo acumulado ficou estagnado.



✓ Contexto amplo

81% dos brasileiros sentem que o poder de compra caiu, quando comparado com o ano anterior.

A inflação galopante do país corroeu o poder de compra da população e obrigou o Banco Central a manter uma taxa de juros alta para a estabilidade da economia.

! Argumentação

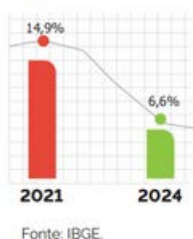
De acordo com a pesquisa Genial Quaest, **81% dos brasileiros** sentem que o poder de compra caiu, se comparado a um ano atrás.



Além disso, a **inflação de fevereiro** deste ano foi a maior em 22 anos, enquanto o Brasil se consolida como o país com a **quarta maior** inflação de alimentos na América Latina e como o **quinto país** com a maior inflação de alimentos do G20 em 2024. Essa política anulou os ganhos de aumento do salário mínimo, que, como se sabe, não atinge diretamente o enorme contingente da população que trabalha informalmente no país.



✗ Recorte tendencioso



Menor desemprego dos últimos 12 anos.

Em 2024, a taxa de desemprego foi de 6,6%. Em 2021, o indicador havia chegado a 14,9%, alcançando a maior taxa da série histórica. Desde 2023, mais de 3,7 milhões de empregos formais foram gerados.

✓ Contexto amplo

O governo compara o pico da pandemia (2º tri/2021), um dado pontual, com uma média anual.

Ignorou a média de desemprego de 2022, de 9,3%. O ano encerrou com taxa de 7,9% - próximo ao pleno emprego. Ou seja, 80% de queda, o que classificou o país com a maior queda de desemprego entre os países do [G20](#).

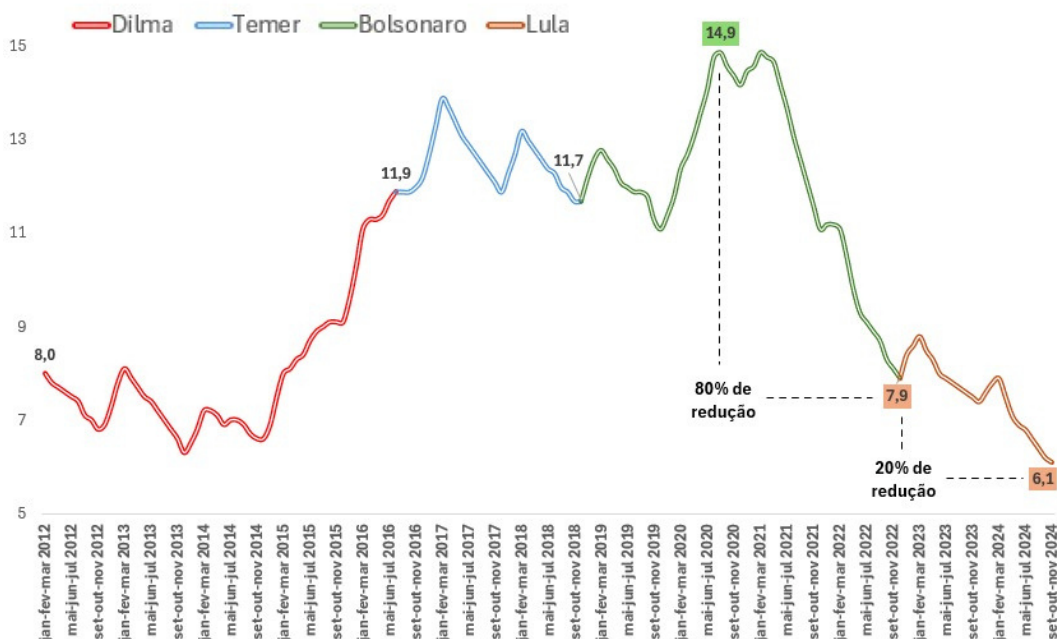
! Argumentação

O governo engana ao comparar o desemprego do auge da pandemia com o desemprego atual. Primeiramente, a gestão petista assumiu com a taxa de desemprego no último trimestre de 2022 em 7,9% e com a taxa média de desemprego anual em 9,3%.

Além disso, a comparação mais correta seria comparar os mesmos períodos na divulgação dos dados. Nesse caso, o governo escolheu comparar o pico da pandemia de 2021 (dado trimestral) com a média anual de 2024 para passar a impressão de maior queda.

Também citamos que a taxa de desemprego no governo Bolsonaro caiu desse pico de 14,9% derivado da pandemia e das medidas restritivas adotadas para combater a propagação do vírus para 7,9%, representando 7 p.p. de queda em apenas 1 ano. Isso se deve às medidas de **preservação de emprego** adotadas pelo governo Bolsonaro, que também evitaram cenários econômicos dramáticos que eram previstos à época.

Notamos que a linha projetada no gráfico, além de desinformar, é puramente artística. Portanto, não representa o comportamento real do desemprego, o que leva a uma interpretação errada da dinâmica do desemprego atual.



Além disso, o Brasil estava próximo ao “pleno emprego” ainda em 2022, que é classificado na economia como uma taxa de emprego que não acelera a inflação. A Secom de Lula esconde o ano de 2022, pois as políticas adotadas pela a equipe econômica de Bolsonaro permitiram que o Brasil tivesse a [maior queda do desemprego entre países do G-20](#).

Ponto 4



Fake



O 2º maior crescimento da indústria nos últimos 10 anos.

Com o programa Nova Indústria Brasil, o país superou todas as expectativas e bateu recorde de crescimento. **Mais de R\$ 3,4 trilhões em investimentos públicos e privados para a produção nacional.**



Fato

O valor de R\$ 3,4 trilhões não passa de mero anúncio de investimentos propostos até 2033.

Depende, portanto, das duas próximas gestões presidenciais e da aprovação orçamentária dos próximos dois mandatos parlamentares. A maior parte dos investimentos anunciados só serão feitos a partir de 2027, quando a gestão Lula III já terá se encerrado.

! Argumentação

Foram **anunciados** R\$ 3,4 trilhões - R\$ 1,2 do setor público e R\$ 2,2 do setor privado - **até 2033**, mas o valor **não está nem perto de ser efetivado**. Na verdade, o governo está anunciando investimentos que serão majoritariamente feitos nos próximos dois mandatos presidenciais. Essa megalomania dos anúncios de investimentos vêm, na verdade, reempacotando programas já existentes e escondendo o fato de que os investimentos no país com relação ao PIB caíram e estão abaixo da média histórica.

Ponto 5



Fake

O maior investimento para inovação na indústria brasileira desde 1995.

Mais de R\$ 11 bilhões já aportados.



Fato

O valor corresponde apenas à aprovações do [BNDES](#) para projetos de inovação.

Além disso, a retomada das políticas de inchaço do BNDES vêm preocupando especialistas em finanças públicas e analistas de mercado.

! Argumentação

O Governo desfez uma das reformas mais importantes do governo Temer. Até 2023, o BNDES vinha trabalhando com a TLP (Taxa de Longo Prazo), que é de mercado, sem subsídio. Com as flexibilizações recentes, especialistas apontam para a volta do inchaço do BNDES.

Deve-se lembrar que, os governos anteriores do PT emitiram títulos a taxa de mercado, transferiram para os bancos públicos, que emprestavam a uma taxa menor que a captada. De 2008 a 2014, essas transferências geraram um passivo avaliado em R\$ 532 bilhões (em valores de 2016, quando iniciaram as negociações para a devolução). Hoje se sabe que esse volume de recursos **não contribuiu para o aumento da produtividade** no Brasil.

Ponto 6

Fake


Mais de 340 mercados abertos para a exportação e a melhor balança comercial da história, incluindo acordos com China, União Europeia e Oriente Médio.


Fato

Governo infla número de mercados abertos e inclui até negociações herdadas de gestões anteriores.

O anúncio contabiliza qualquer avanço técnico ou diplomático como nova abertura, mesmo sem autorização final para exportações brasileiras; o processo pode levar anos até ser concluído.


Argumentação

Abertura de mercado é o processo pelo qual um país negocia o acesso de seus produtos a mercados estrangeiros, superando barreiras legais, técnicas e sanitárias impostas pelo país importador. **Um governo só deveria anunciar que "abriu mercados", quando novos destinos passaram a autorizar oficialmente a entrada de determinados produtos nacionais, possibilitando o início ou a ampliação das exportações.**

Esse processo passa por várias etapas, geralmente iniciadas com a manifestação de interesse (por empresas ou pelo governo), seguida de negociações diplomáticas e troca de informações técnicas. Em muitos casos, há a necessidade de envio de dossiês sanitários, realização de auditorias técnicas por parte do país importador e a negociação de certificados sanitários internacionais. **A abertura se concretiza quando o país de destino publica oficialmente a autorização para a importação do produto brasileiro.**

O tempo necessário para a abertura de mercado varia conforme a complexidade do produto e as exigências do país importador. Em média, **o processo leva de 6 meses a 2 anos para produtos com menor grau de exigência.** Já em **mercados mais rigorosos**, como União Europeia, Estados Unidos e Japão, **o prazo pode se estender por 3 a 5 anos**, ou até mais, dependendo de entraves técnicos ou políticos.

No caso, o governo contabilizou qualquer movimentação no processo de abertura de mercado: seja por avanços em negociações que já corriam anteriormente ao governo Lula III, seja por uma nova manifestação de interesse com outros países.



Ponto 7



Fake

Depois de voltar ao Mapa da Fome em 2022, com 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave,

o Brasil se tornou um dos países que mais reduziram a fome.

Uma média de 60 mil pessoas passaram a fazer três refeições por dia. É um estádio de futebol lotado saindo do Mapa da Fome todo dia.



Fato

16 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2021 e 2022, com queda na extrema pobreza de 9% para 5,9% no período.

Além disso, a subalimentação no Brasil se mantém abaixo de 2,5%.

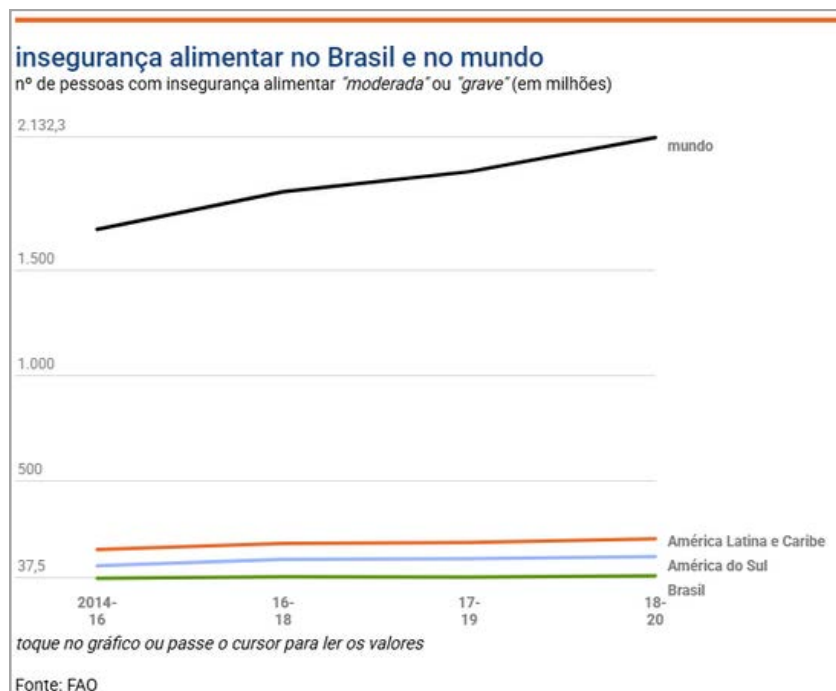


Argumentação

Lula usa [estatísticas diferentes a depender da conveniência e do discurso político](#). O fato é que tomando uma mesma estatística, a prevalência de subalimentação de acordo com a FAO/ONU sofreu expressivo aumento no mundo, decorrente da pandemia. No entanto, no Brasil, esteve [abaixo de 2,5% em 2020](#). O desempenho foi melhor do que os vizinhos da América Latina que viram este indicador subir de 6,8 para 7,7%. Já no resto do planeta foi elevado de 8,3 para 8,9%.

Sabemos ainda que alguns números, que não estavam disponíveis no período da eleição, hoje atestam para o fato de que mais de [16 milhões saíram da pobreza](#) entre 2021 e 2022. Apenas em 2022, a pobreza caiu de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022. Isso representa 10,2 milhões de pessoas a menos nesse contexto. Já a população em situação de extrema pobreza caiu de 9% para 5,9% no mesmo período, o que representa 6,5 milhões de pessoas a menos em situação de extrema pobreza. No total, 16,7 milhões saíram desse status.

Assim, a tentativa de Lula de explorar qualquer repique do indicador, no período da pandemia, esbarra nos fatos de que o Brasil esteve melhor do que seus vizinhos e de boa parte dos países emergentes.



Ponto 8

Recorte tendencioso


Mais Médicos dobrou de tamanho, ultrapassando 26 mil médicos após ser reduzido a 13 mil profissionais. Para cada médico, o Brasil passou a ter mais um.


Contexto amplo

Mais Médicos prioriza regiões de baixa vulnerabilidade e não resolve gargalos na saúde.

O crescimento total de profissionais no Brasil tem sido superestimado.


Argumentação

Segundo o [Painel Mais Médicos do Ministério da Saúde](#), o quantitativo de médicos ativos no programa é de 25.448, estando a maioria lotada em regiões classificadas como de baixa vulnerabilidade (7.723). Dados atualizados de 17/03/2025. Sendo enganoso, também, a afirmação de aumento do número de médicos no Brasil. Segundo dados do [Conselho Federal de Medicina](#), o Brasil contava com 538.095 médicos em 2022, passando a 575.930 em 2024.

Ademais, o programa Mais Médicos precisou passar por uma reformulação durante a gestão Bolsonaro, após serem expostas questões relacionadas aos vínculos dos médicos cubanos no programa, que tinham parte de seu salário direcionado ao governo de Cuba. O corte desses profissionais do programa teve por base, inclusive, relatório da CGU.

Agora, com a vinculação da participação do médico no programa a uma estratégia de formação de especialistas para a saúde, houve maior interesse por parte dos profissionais da área. A proposta enviada pelo governo contou com a participação efetiva do Congresso Nacional ao analisar a Medida Provisória nº 1.165/2023, que aperfeiçoou vários pontos do programa que prevê a participação do profissional em atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive exigindo a revalidação do diploma quando da renovação do contrato.

Outro ponto de atenção, que o governo não conta, é que o programa tem como um de seus resultados a formação em especialidade voltada para atenção primária, especialmente na medicina de família e comunidade, não enfrenta o problema de formação médica nacional.

Segundo o [estudo Panorama da Residência Médica da FMUSP](#), que analisou dados de oferta e distribuição de vagas de residência médica entre 2018 e 2024, houve decréscimo de vagas de cirurgias geral, oncológica, plástica, torácica, digestivo, cabeça e pescoço e urologia. Especialidades importantes no atendimento aos usuários do SUS, que devem ter o atendimento pensado de forma sistêmica.



Ponto 9

✗ Recorte tendencioso

Recorde de cirurgias eletivas no SUS.

Mais de 14 milhões de procedimentos realizados em 2024, ampliando o acesso aos atendimentos em saúde. Um aumento de 37% em relação a 2022.



✓ Contexto amplo

Fila de espera por cirurgias no SUS cresce 26% em 2024 e governo omite impacto da pandemia.

Além disso, é tendencioso atribuir ao governo federal a responsabilidade direta pelos números de cirurgias, já que a regulação cabe a estados e municípios.

! Argumentação

É tendencioso atribuir ao governo federal a responsabilidade pelos números de cirurgias realizadas, considerando que a regulação é dos estados e municípios, no âmbito do SUS. O governo federal, em regra, não têm rede própria (com exceção de hospitais localizados na cidade do Rio de Janeiro e do Grupo Hospitalar Conceição).

Além disso, o governo Lula esqueceu de mencionar o crescimento de 26% em 2024 da fila de espera por cirurgias no SUS e que em 2022 enfrentamos uma pandemia com reflexos em todos os países. Dados obtidos pelo Jornal Nacional, por meio da LAI, mostraram [que 1,3 milhão de brasileiros aguardam por cirurgias eletivas no SUS. Um acréscimo de 26% em 2024.](#)

Em 2022, o Brasil e o mundo enfrentavam a Pandemia de Covid-19, decretada em fevereiro de 2020 e com término em maio de 2023. A pandemia foi diretamente responsável pela diminuição do número de procedimentos cirúrgicos de emergência e eletivos, especialmente em razão da conversão de leitos em leitos-covid e direcionamento da força de trabalho. Foram cerca de um milhão de procedimentos cirúrgicos adiados ou cancelados no país, **a fim de aumentar os recursos médicos disponíveis para pacientes com sars-cov-2.**



Ponto 10
 Recorte tendencioso


Farmácia Popular voltou mais forte, com 100% de remédios do programa gratuitos, incluindo a distribuição de fraldas geriátricas.

 Contexto amplo

Mesmo após denúncias dos órgãos de controle, o Ministério da Saúde expande programa sem adotar as medidas corretivas sugeridas.

Em busca de popularidade, Lula ampliou o programa Farmácia Popular, mesmo diante de denúncias de fraudes como emissão de receitas falsas e falsificação de cadastros de farmácias.

 Argumentação

Mesmo com [denúncias de fraudes feitas por servidores do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Denasus que ocorrem no programa , em novembro de 2024](#), o governo optou por excluir a modalidade de copagamento pelo usuário, tendo como propósitos aumento de popularidade e estabelecer marcas. Dentre as irregularidades estaria o repasse de recursos públicos a pessoas jurídicas que deixaram de ter suas atividades relacionadas ao ramo de comércio de medicamentos.

Além disso, na modalidade de copagamento, os medicamentos eram subsidiados, com pagamento do custo de até 90% do valor de referência tabelado pelo governo, dando margem a participação de pequenos e médios comerciantes no programa. Agora, a medida deve afetar farmácias menores e em locais mais afastados de grandes centros e, de forma indireta, o acesso a produtos que podem ficar restritos a grandes redes. Isso porque, estas podem conseguir melhores descontos e, com isso, cobrir o custo do medicamento com o valor repassado pelo governo no âmbito do programa. As pequenas, não possuem esse poder de barganha junto a laboratórios que possuem a exclusividade da produção do fármaco e que fixam seus preços nos limites estabelecidos pela CMED.

Na coluna Estadão Verifica, foram [analisados os efeitos da gratuidade do Farmácia Popular](#), por exemplo, para o medicamento forxiga, utilizado no tratamento da diabetes associada à doença cardiovascular, o governo repassando R\$ 118,50 para a aquisição de uma caixa de 30 comprimidos, na prática, os fabricante cobram das farmácias entre R\$ 140 e R\$ 160.



Ponto 11



Fake

5 vezes mais ambulâncias do SAMU para as cidades brasileiras.

Entre 2019 e 2022, só 366 foram distribuídas. Nos últimos dois anos, este número subiu para 2.067.



Fato

É falsa a narrativa de que o governo Bolsonaro entregou apenas 366 ambulâncias do SAMU; só em 2019 foram 419 unidades

Em busca de popularidade, Lula ampliou o programa Farmácia Popular, mesmo diante de denúncias de fraudes como emissão de receitas falsas e falsificação de cadastros de farmácias.

! Argumentação

É #fake a notícia de que entre 2019 e 2022 tenham sido entregues apenas 366 ambulâncias do SAMU. [Em um único evento de 2019, o governo Bolsonaro entregou 419 ambulâncias do SAMU 192](#), sendo 298 para renovação de frota e 121 ambulâncias para ampliação, expansão e implantação do serviço.

Além disso, as aquisições de ambulâncias são feitas mediante necessidade de estados, Distrito Federal e municípios, seja por envelhecimento da frota, seja por sinistralidades. A frota pode ser recomposta mediante aquisição direta pelo ente ou doação da União. Inclusive, boa parte das aquisições são feitas com recursos de emendas parlamentares, não sendo mérito do governo federal.

Sem contar com a mágica da multiplicação dos números, operada pela comunicação do governo que fez com que surgisse uma unidade do SAMU a mais no balanço de 2 anos, em relação ao publicado no [Gov.br](#). De acordo com o ministério da saúde a entrega foi de 2.066 ambulâncias, e não as 2.067 unidades anunciadas no balanço do governo.



Ponto 12
 Recorte tendencioso


4 milhões de jovens recebendo a bolsa do Pé-de-Meia para ficar na escola.

Esse número é maior do que a população de todas as cidades brasileiras, exceto Rio e São Paulo.

 Contexto amplo

O Programa Pé-de-Meia opera sem planejamento e sem previsão orçamentária.

Ambos são requisitos obrigatórios na definição e execução de políticas públicas com seriedade e compromisso fiscal.

 Argumentação

O Governo tem operado por fora do orçamento para permitir o programa e planejou os gastos sem consistência. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o programa [desrespeita as regras fiscais](#) buscando fontes que não constam do orçamento público. Assim, a corte chegou a bloquear os recursos destinados ao pagamento do benefício, condicionando a previsão de fonte no orçamento anual. Mesmo assim, o governo manteve a previsão de despesas para 2025 no montante de R\$1 bilhão, devendo enviar ao Congresso PLNs para suplementar o orçamento.

Além disso, o governo estimava custo em R\$ 7,1 bilhões anuais, mas o programa [já chega a R\\$ 12,5 bilhões](#). Tais fatos mostram que o programa está mais preocupado com a mera transferência de recursos do que com o aprendizado de fato. Uma das críticas é que, para além de sua alta improvisação no desenho e na estimativa de custos, é que a política não paga mais a quem aprende mais. Portanto, não premia o esforço dos alunos.



Ponto 13

✗ Recorte tendencioso



1 milhão de novos estudantes na escola em tempo integral,
o que equivale a mais de 33 mil salas de aula.

✓ Contexto amplo

O governo inseriu o programa no pacote de corte de gastos anunciado em novembro de 2024.

Com isso, o programa passou a ser custeado, majoritariamente, pelos estados, Distrito Federal e municípios.

! Argumentação

O governo enviou ao Congresso Nacional ofício prevendo corte do programa escola em tempo integral no valor de R\$3,4 bilhões, quando da análise da LOA 2025. Esse mesmo governo que alardeia aumento de estudantes na escola em tempo integral, inseriu o programa no pacote de corte de gastos anunciado em novembro de 2024.

Com isso, o ensino em tempo integral passou a ser custeado pelo Fundeb, composto por recursos majoritariamente de estados, Distrito Federal e municípios. Em tese, o governo espera que sejam destinados 20% de seu aporte a essa modalidade de ensino. Porém, havendo mudanças, a conclusão que se chegou é que a expansão do ensino integral possa perder R\$ 42,3 bilhões nos próximos cinco anos, se o ministério da educação deixar de investir e se o Fnde não absorver todos os gastos.



Ponto 14

Recorte tendencioso


Os investimentos em universidades e Institutos Federais voltaram.

- 10 novos campi de universidades
- 400 obras em universidades e hospitais universitários pelo PAC
- 102 novos IFs
- R\$ 1,4 bilhão para equipamentos e instalações


Contexto amplo

A propaganda divulga obras pelo PAC, criação de novos Institutos Federais e investimentos em equipamentos e instalações.

Na realidade, as entregas não foram realizadas - como se vê em várias obras do PAC.


Argumentação

Em julho de 2024, ao anunciar R\$5,5 bilhões para obras e novos campi universitários, Lula cobrou do MEC a retirada do papel dos “100 novos institutos federais” anunciados pelo governo. “Nós temos que começar a construir os institutos que nós anunciamos. Se não tem terreno, nós vamos comprar o terreno. Os reitores podem ir nos prefeitos e saber se tem prédio na cidade que a gente pode colocar o instituto. O que a gente não pode é anunciar e, um ano depois, não ter acontecido nada, com a desculpa de que não tem terreno, de que é moroso, de que o projeto é demorado. Nós temos que fazer acontecer”. Ou seja, são anúncios sem entregas de fato, inclusive com divergência numérica.

Sobre a criação de 10 novos campi de universidades, registrado no balanço de gestão, ainda em fevereiro deste ano, o MEC discutia a implantação com dez reitores das instituições contempladas. As estruturas integram o Novo PAC, com investimento previsto de R\$600 milhões do Novo PAC. Ou seja, também não se trata de uma entrega e sim de uma intenção que para sair do papel terá que ter orçamento para ser executada.



Ponto 15

✗ Recorte tendencioso

Bolsas de estudo reajustadas após 10 anos.

O aumento de 25% a 75% assegurou mais apoio para estudantes e pesquisadores.



✓ Contexto amplo

Governo informa percentual de aumento nos valores de bolsas de estudo concedidas, levando a erro o leitor.

Não houve aumento linear entre as modalidades.

! Argumentação

Quando se trata de bolsas de estudo não se pode tratar o tema como sendo de uma única função, tampouco generalizar os dados.

As bolsas de mestrado e doutorado, por exemplo, foram as que tiveram menor reajuste. Segundo publicação da Agência Brasil, [o ajuste realizado em 2023 foi de 40%](#). Já nas demais bolsas de estudo, [a variação segundo o governo foi de 40% a 75%, segundo anúncio em 2023](#).

As bolsas de iniciação científica e formação de professores da educação básica, que são de menores valores, tiveram acréscimos um pouco maiores que variaram de 40% a 75%. A Bolsa Permanência, voltada a estudantes quilombolas, indígenas, integrantes do Prouni e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior, sofreu uma variação de 55% a 75%.



Ponto 16

Fake


Mais de 70 mil escolas públicas da educação básica foram conectadas à internet.

Além disso, a cobertura de 4G, 5G e fibra óptica foi ampliada em todo o Brasil.


Fato

Entre 2023 e 2025, apenas 1.087 escolas foram realmente conectadas.

O governo inclui escolas com conexão precária na conta.

Argumentação

Segundo o [Painel Conectividade nas Escolas \(Anatel\)](#), em 2023, havia 7.554 escolas sem internet no Brasil. Em abril de 2025, esse número caiu para 6.467, uma redução de apenas 1.087 escolas conectadas, muito abaixo das 70 mil anunciadas pelo governo. O número inflado pode ter incluído escolas com [conexão precária](#), que receberam apenas melhorias pontuais. Em outras palavras, trata-se de uma tentativa deliberada de induzir a população ao erro, superestimando as entregas oferecidas pelo Governo Lula 3.

Região	UF	Município	Nome Escola	Código INEP	Dependência (Esfera)	Localização	Localização Diferenciada
LIMPAR							
No painel são consideradas as escolas públicas em atividade , de dependências municipais, estaduais e federais , de acordo com o Censo Escolar.							
São consideradas escolas com internet aquelas com acesso declarado no Censo Escolar ou por outra fonte governamental.							
Número de escolas		Escolas sem Internet		Escolas em Áreas Urbanas		Escolas em Áreas Urbanas s/ Int...	
137.914		6.467 (4,7%)		86.712		455 (0,5%)	
Escolas em Áreas Rurais		Escolas em Áreas Rurais s/ Inter...		Escolas sem Energia		Alunos sem Internet	
51.202		6.012 (11,7%)		3.301 (2,4%)		294.821 (8,8%)	
						Docentes sem Internet	
						23.070 (1,8%)	

Fonte: [Painel Conectividade nas Escolas - Anatel \(4/4/2025\)](#).



Ponto 17

✗ Recorte tendencioso

Recorde histórico com mais de 6,7 milhões de turistas estrangeiros em 2024.

O número é maior do que o registrado nos anos da Copa e das Olimpíadas.



✓ Contexto amplo

O número ignora que a desvalorização brutal do Real e a valorização de moedas como o peso foram determinantes para esse resultado.

Além disso, a alta da inflação vem pressionando o setor aéreo e o de alimentação, o que trará perdas para o turismo brasileiro.

! Argumentação

Boa parte do fluxo foi impulsionado pela desvalorização brutal do câmbio, que alcançou R\$ 6,20 por dólar. Há também um impulso dado pela valorização de moedas como o peso argentino, que atraiu turistas deste país para o Brasil.

No entanto, [a CNC alerta que a inflação](#) vem pressionando e pode levar a perdas para o setor de turismo, sobretudo devido ao aumento de preços da alimentação - que também atinge as famílias brasileiras - e no setor aéreo, que tem forte dependência do valor do dólar mesmo para voos nacionais.

Ponto 18

✗ Fake

Mais de 20 mil obras e ações no maior PAC que o Brasil já viu.

Os investimentos previstos superam a marca de R\$ 1,8 trilhão para acelerar o crescimento do país.



✓ Fato

Os investimentos são apenas anúncios e não foram efetivamente implementados.

Apenas cerca de 10% das entregas foram concluídas - a taxa repete a do primeiro PAC. Também se observa a multiplicação de obras paradas no país.

! Argumentação

Mais uma vez, o governo recorre ao artifício de anunciar um volume elevado de investimentos futuros, não realizados e de execução incerta, o que serve, na prática, apenas como instrumento retórico e propagandístico.

Dos recursos anunciados pelo governo, [36% seriam provenientes do setor privado \(principal fonte\)](#), 22% do Orçamento-Geral da União (OGU), 20% das empresas estatais e 21%

de financiamentos. Não obstante, [segundo dados do site do Novo PAC](#), apenas 2,65% das entregas foram feitas por entes privados, o que põe em dúvida a execução dos 36% dos recursos prometidos pelo setor privado. Além disso, o governo federal enfrenta forte restrição orçamentária, o que pode comprometer os 22% previstos no Orçamento Geral da União. Por fim, quase 73% das obras dependem de execução pelos municípios, que também têm orçamentos limitados. Ou seja, mais da metade dos recursos tem origem incerta, o que justifica um ceticismo quanto à efetividade do programa.

Nesse contexto, não é surpreendente que [apenas cerca de 10% das entregas foram concluídas](#) até o momento, o que indica um desempenho abaixo das expectativas. Ademais, levantamento realizado pelo Estadão revelou que [pelo menos metade dos projetos anunciados no Novo PAC ainda não saiu do papel](#). Em outras palavras, o programa, que foi apresentado pelo governo como uma alavanca para o crescimento econômico e a infraestrutura do país, enfrenta dificuldades na execução, com obras paralisadas, falta de recursos e entraves burocráticos que atrasam sua implementação.

Em suma, o Novo PAC caminha para repetir o histórico dos anteriores, marcados por promessas não cumpridas. No primeiro PAC (2007-2010), menos de 10% das obras foram concluídas. Na segunda versão, pouco mais de 25%.

Ponto 19



Fake



Mais 1,2 milhão de moradias contratadas pelo Minha Casa, Minha Vida.

Entre 2019 e 2022, não houve contratação para a faixa destinada aos mais pobres.



Fato

1,6 milhão de moradias populares foram entregues entre 2019 e 2022.

Apenas em 2021, R\$ 7,1 bilhões em empréstimos foram destinados ao grupo 1.



Argumentação

Primeiramente, deve-se considerar o ataque desnecessário ao governo Bolsonaro em uma campanha patrocinada com recursos da União. Sobretudo, quando esse ataque indireto é uma desinformação, tendo em vista que os números do [Ministério do Desenvolvimento Regional apontam que entre 2019 e 2022 foram entregues 1,6 milhões de moradias populares](#). Em 2021, foram contratados R\$ 7,1 bilhões em empréstimos para o [Grupo 1 — famílias com renda de até R\\$ 2,4 mil mensais](#) — segundo a ABRAINC, desmentindo a propaganda do governo Lula 3. O valor é expressivo, especialmente diante dos efeitos econômicos deletérios da pandemia COVID-19.

Ponto 20

✗ Recorte tendencioso

R\$ 1,2 bilhão investido no Programa de Aquisição de Alimentos

para escolas, hospitais e comunidades.



✓ Contexto amplo

Governo se utiliza do PAA para financiar movimentos invasores, como o MST.

Governo Lula recria CONSEA, inclui MST em formulação de políticas e levanta suspeitas de superfaturamento em compras do PAA.

! Argumentação

No início do governo (2023), Lula recriou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) com a finalidade de aparelhamento ideológico do Estado e nomeou membros do MST para sua composição. Assim, o movimento ganhou espaço na formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo:



Fonte: [MST](#).

Dessa forma, o governo vem se utilizando do PAA para financiar movimentos invasores, como o MST:



Fonte: [Canal Rural](#).

Como consequência, contratações suspeitas de superfaturamento são observadas pelo Brasil. Por exemplo, a prefeita de Juiz de Fora (MG), Margarida Salomão (PT/MG), adquiriu R\$ 818 mil de arroz produzido por cooperativa ligada ao MST, resultando em inacreditável valor unitário de R\$ 43,06 por saco de 5 quilos do produto:



Fonte: [Metrôpoles](#).

Ponto 21

Fake

Nunca o Brasil investiu tanto no agro, superando R\$ 765 bilhões de crédito para a produção agropecuária pelo Plano Safra,

beneficiando médios e grandes produtores.


Fato

Governo apenas somou os recursos anunciados nos Planos Safra 2023/24 e 2024/25 para chegar ao valor.

Omitiu queda real no crédito liberado e no número de operações; com regras mais burocráticas e exigências socioambientais incompatíveis, produtores enfrentam dificuldades e agricultura empresarial é a mais impactada, com retração de até 31,6% nas contratações.


Argumentação

Para chegar ao valor de R\$ 765 bilhões, o governo **apenas somou os recursos anunciados** nos lançamentos dos Planos Safra **2023/2024** (R\$ 364,22 bi) e **2024/2025** (R\$ 400,6 bi), **sem ter de fato conseguido desembolsar os montantes.**

Para se ter noção, o desempenho do Plano Safra 2024/25 revela uma **queda de 19% no volume de recursos liberados** entre julho de 2024 (início do Plano Safra) e fevereiro de 2025, totalizando R\$ 247,4 bilhões, contra R\$ 305,3 bilhões no mesmo período da safra anterior. O **número de operações também caiu 12,6%**, refletindo uma **menor acessibilidade ao crédito rural.**

A **agricultura empresarial**, que responde pela maior parte da produção agropecuária, sofreu a maior contração: **28,6% de redução no valor contratado e 31,6% no número de operações.** O crédito para custeio, principal motor da produção, teve um recuo de 14,8%, enquanto as linhas para investimento caíram 16%, industrialização 40,9% e comercialização 29,5%.

Em tempo, cabe esclarecer que o montante disponibilizado pelo Plano Safra, ano-a-ano, é composto por:

- **Recursos Obrigatórios:** Os bancos devem aplicar **25% dos depósitos à vista** em operações de crédito rural.
- **Poupança Rural:** **65% dos recursos captados** devem ser direcionados ao crédito rural.
- **Letras de Crédito do Agronegócio (LCA):** 50% dos recursos captados por meio de LCAs devem ser aplicados em operações de crédito rural.
- **Tesouro Nacional (equalização de juros):** entra como apoio, não diretamente como linha de crédito, mas essencial para viabilizar taxas subsidiadas.
- **Recursos livres e próprios dos bancos.**

Neste sentido, praticamente **75% dos recursos disponibilizados pelo Plano Safra vêm da iniciativa privada, pois são exigências antigas impostas pelo Banco Central aos bancos.** Logo, não é correto o governo querer “colher os louros” disso.

Especialmente um governo que piorou bastante o ambiente regulatório para o acesso ao crédito, através da **Resolução CMN nº 5.081/2023**, que impôs exigências sócio-ambientais

inalcançáveis para concessão de financiamento, tornando o processo mais burocrático e inacessível para muitos produtores.

Ponto 22

✗ Recorte tendencioso



Mais de R\$ 147 bilhões em crédito para agricultura familiar
só nos últimos dois anos.

✓ Contexto amplo

governo divulga R\$ 147 bilhões, mas libera 30% a menos em crédito.

Ao somar apenas valores anunciados nos Planos Safra, governo superestima investimentos na agricultura familiar; dados oficiais mostram que, até fevereiro de 2025, foram contratados apenas R\$ 104,1 bilhões, bem abaixo do valor propagandeado.

! Argumentação

Na mesma linha do tópico anterior, para chegar ao valor de R\$ 147 bilhões, o governo **apenas somou os recursos anunciados** nos lançamentos dos Planos Safra da Agricultura Familiar [2023/2024](#) (R\$ 77,7 bi) e [2024/2025](#) (R\$ 76 bi), sem ter de fato conseguido desembolsar os montantes.

Enquanto o montante contratado por meio do Pronaf foi de [R\\$ 59,6 bilhões em 2023/24](#), os financiamentos atingiram R\$ 44,5 bilhões na safra 2024/25 (até fevereiro), somando um valor de R\$ 104,1 bilhões. Valor **30% inferior ao divulgado pela cartilha do governo**.



Ponto 23
✗ Recorte tendencioso


Com o Desenrola, milhares de brasileiros limpam o nome.

Pessoas físicas, MEIs e agricultores familiares tiveram a chance de se recuperar financeiramente. O que levou a **15 milhões de pessoas beneficiadas** por renegociação de dívidas e **mais de 122 mil empresas beneficiadas** pelo Desenrola Pequenos Negócios.

✓ Contexto amplo

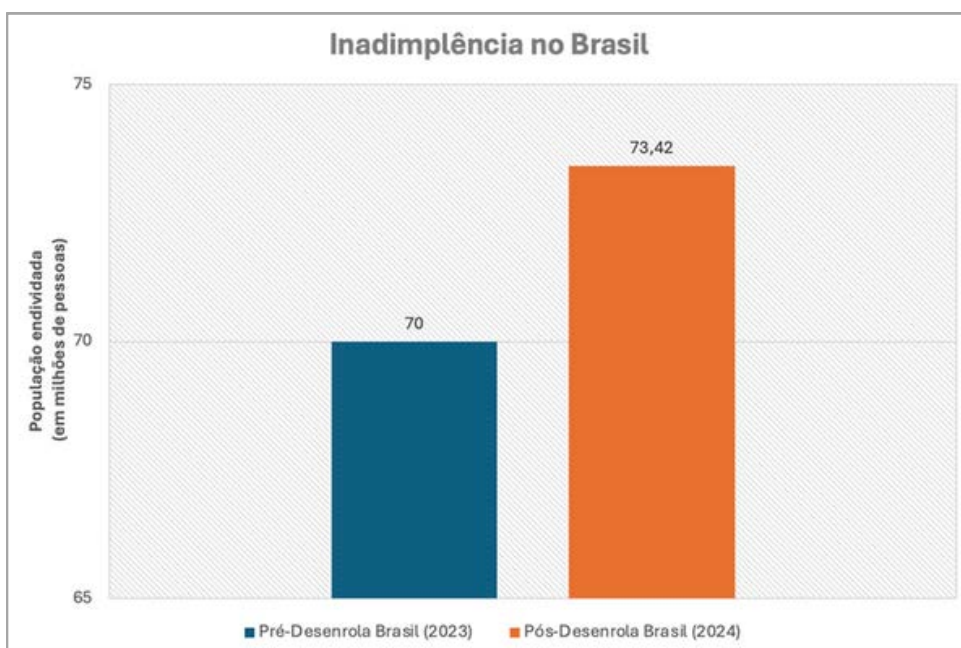
A inadimplência no Brasil continua crescendo, enquanto os juros se mantêm altos para conter o descontrole fiscal do governo.

O Desenrola atendeu apenas cerca de 22% do que se previa.

! Argumentação

Não é possível falar em recuperação financeira da população, quando o observado é o aumento do endividamento ao longo da execução do programa, o que contrasta com o objetivo geral da política.

O programa Desenrola Brasil, uma das promessas de campanha de Lula para renegociar dívidas, atingiu apenas 21% da meta inicial, beneficiando 15 milhões de pessoas, muito abaixo dos 70 milhões previstos ([vide Exposição de Motivos da MP do Desenrola](#)). Enquanto isso, segundo dados do [Serasa](#), a inadimplência continuou a crescer, com 73,42 milhões de brasileiros endividados em abril de 2024, quando o programa foi concluído pelo governo. Atualmente estamos em um momento pior, com 75 milhões de brasileiros inadimplentes ([dados de fev/25 do Serasa](#)).



Fonte: Mapa da Inadimplência e da Renegociação de Dívidas - Serasa..

Ponto 24

✗ Recorte tendencioso

10 milhões de pessoas com renda de até 2 salários mínimos já deixaram de pagar imposto de renda.



E após a aprovação do Congresso Nacional, outros 10 milhões de brasileiros que ganham até R\$ 5 mil também estarão isentos e quem ganha de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil pagará menos.

✓ Contexto amplo

O que a publicidade não mostra é que estados e municípios perdem R\$ 4,9 bilhões com a proposta

e que as medidas compensatórias aumentam ainda mais a carga tributária do país.

! Argumentação

A proposta de isenção do Imposto de Renda (IR) recebeu destaque na coleção de *fake news* levantada pela Liderança da Oposição no ROP 82, acessível [aqui](#).

A criação de um novo imposto e do aumento da carga tributária para custear a proposta de isenção do IR é uma das medidas elencadas pela gestão petista para recuperar sua popularidade. O próprio governo, no entanto, admite que a proposta é um paliativo que não resolve os graves problemas do IR no país.

Ponto 25

✗ Recorte tendencioso



Lei da Igualdade Salarial garantindo mais transparência
e apoio às políticas que incentivam a autonomia das mulheres.

✓ Contexto amplo

O governo repetiu uma norma que já existia (art. 7º da Constituição e na reforma trabalhista - art. 461 da CLT).

Ainda assim, nem mesmo o governo cumpre as mudanças que propôs, sobretudo nas estatais, e o tema, nos termos do governo, está judicializado.

! Argumentação

O Governo repetiu uma lei que já existia. A igualdade salarial já é expressa no art. 7º da Constituição. Além disso, a própria reforma trabalhista previu, ainda em 2017, no art. 461 da CLT que explicitou: “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.”

O que o governo Lula fez na verdade foi trazer insegurança jurídica. A lei da suposta igualdade salarial, tem sido objeto de pelo menos duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs). Mesmo após dois anos, [o STF não tem data para julgar](#).

Por fim, notamos que [nem o governo cumpre as mudanças que propôs](#), sobretudo nas estatais. Isso mostra que o discurso da igualdade não tem respaldo nas próprias ações da gestão petista.

Ponto 26
✗ Recorte tendencioso
Menor taxa de homicídios dos últimos 10 anos.

Só em 2024, o número de mortes violentas caiu 5,25%.


✓ Contexto amplo
O Brasil registrou aumento de feminicídios, assassinatos de gays e trans e estupros.

Todas as modalidades de violência contra a mulher tiveram aumento de casos.

! Argumentação

O governo omite que em 2023, todas as modalidades de violência contra a mulher aumentaram, inclusive o feminicídio e o estupro. Além disso, os assassinatos da população LGBT subiram assustadores 42%.

O dado também ignora que durante o governo Bolsonaro, a União e os Estados consolidaram uma redução significativa no número de homicídios. As políticas estaduais dos governadores de direita são centrais para a redução dos homicídios, enquanto se observa que gestões de esquerda vem sendo lenientes com o crime.



Ponto 27

✗ Recorte tendencioso



Mais qualidade nas estradas. Chegamos a 75% das rodovias recuperadas e em boas condições e mais investimentos em ferrovias, portos e aeroportos.

Em 2 anos, os portos receberam o triplo do investimento em relação ao período de 2019 a 2022.

✓ Contexto amplo

Das estradas geridas pelo poder público, 77,3% foram classificadas como regular, ruim ou péssima.

O que demonstra que os trechos concedidos são os responsáveis pela melhora nas notas. Na gestão de portos, o governo omite o fato de que a BR do Mar - reforma de 2022 que o PT e PSB foram contrários - atraiu fortemente o capital privado para o setor.

! Argumentação

Consideramos enganosa a narrativa adotada pelo governo ao se apropriar de melhorias em rodovias que não resultam de sua atuação direta. Há uma distorção impulsionada pela propaganda. Dados do [Índice de Condição de Manutenção \(ICM\)](#), do DNIT, agrupam trechos concedidos e públicos, o que oculta a real diferença de desempenho. Todavia, a [Pesquisa CNT de Rodovias 2024](#) evidencia essa disparidade: 63,1% das rodovias concedidas foram avaliadas como boas ou ótimas, enquanto apenas 22,7% das geridas pelo Estado alcançaram esse nível. Além disso, das estradas sob gestão pública, 77,3% foram classificadas como regular, ruim ou péssima.

Classificação do Estado Geral – Gestões concedida e pública

Estado Geral	Gestão concedida		Gestão pública	
	km	%	km	%
Ótimo	6.046	21,4	2.292	2,7
Bom	11.768	41,7	16.708	20,0
Regular	8.698	30,8	36.565	43,7
Ruim	1.609	5,7	21.630	25,9
Péssimo	107	0,4	6.430	7,7
Total	28.228	100,0	83.625	100,0

Fonte: [Pesquisa CNT de Rodovias 2024](#).

Sobre os investimentos em portos, novamente, é preciso destacar que o protagonismo não é do governo, mas da iniciativa privada. Em 2025, o setor portuário deverá receber R\$ 19,7 bilhões em investimentos, dos quais mais de [90% virão do capital privado](#). Esse cenário favorável é, em grande parte, resultado das mudanças promovidas pela [BR do Mar, elaborada em 2022 pelo governo Bolsonaro](#), que impulsionaram a demanda por concessões e arrendamentos portuários pelo fomento ao transporte de cabotagem. Ironicamente, o [PT e PSB votaram contra o projeto](#) que agora serve de base para os avanços que o próprio governo faz questão de celebrar. É importante observar que o governo petista, mesmo de forma indireta, admite os benefícios das privatizações que combate aguerridamente.

Ponto 28
 Recorte tendencioso

Em 2023 e 2024, mais de 10 GigaWatts de produção de energia renovável por ano.

Isso equivale ao consumo anual de todas as residências do Paraná.


 Contexto amplo

O Marco legal da micro e minigeração distribuída e os incentivos regulatórios resultaram em grande expansão do setor.

Contudo, a MP 1.212/24 do governo Lula III, de extensão dessa política, foi mal planejada e sobrecarregou o sistema elétrico nacional. A prorrogação dos benefícios sem análise técnica aprofundada agravou a situação, resultando em apagões e risco de colapso em 11 estados, além de ter gerado prejuízos bilionários e levado à judicialização do setor.

 Argumentação

O governo não pondera que esse avanço trouxe igualmente problemas para o sistema nacional, que não estava preparado para a quantidade de projetos fomentados pelo governo. De fato, houve uma verdadeira corrida pela geração distribuída de energia solar, impulsionada por incentivos regulatórios, como a isenção das tarifas de uso da rede elétrica (TUSD e TUST) para consumidores que instalassem painéis solares antes das mudanças previstas no *Marco Legal da Micro e Minigeração Distribuída* (Lei 14.300/2022). Esse benefício, assegurado até 2045 para aqueles que aderiram antes de janeiro de 2023, resultou em um crescimento acelerado da capacidade instalada.

No entanto, o governo resolveu estender a iniciativa por meio da [MP 1.212/2024](#) sem um planejamento adequado para absorver essa capacidade excedente. Na prática, a MP caducou sem apreciação do Congresso Nacional, mas durante a sua vigência houve uma nova corrida para conclusão de empreendimentos, sendo [contemplados 601 novos projetos](#) no período.

Como consequência da imprevidência, apagões passaram a ocorrer em razão da sobrecarga oferecida pelos sistemas de energia renovável. Posteriormente, relatório da ONS ratificou o problema e alertou que 11 Estados enfrentam [risco de apagão devido à sobrecarga na rede elétrica provocada pelo excedente de energia solar](#). Como consequência direta desse problema, distribuidoras como Cemig (MG) e CEEE Equatorial (RS) passaram a [restringir a conexão de novos projetos](#) fotovoltaicos para evitar instabilidades no sistema, resultando na [judicialização de prejuízos estimados em R\\$ 2,5 bilhões](#).



Ponto 29

✗ Recorte tendencioso



✓ Contexto amplo

Pará, escolhido por Lula para sediar a COP-30, lidera desmatamento na Amazônia com 37,56% da devastação em 2024

Estado será vitrine da política ambiental brasileira enquanto concentra o maior índice de destruição; dados mostram que, apesar do discurso verde, desmatamento segue em alta, com aumento de 482% nos primeiros meses de 2025 em relação ao mesmo período de 2024.

! Argumentação

O que ele esqueceu de falar é que o Pará — estado escolhido por Lula para sediar a COP-30 com claro interesse em agradar alianças políticas locais — foi responsável por **37,56% de todo o desmatamento da Amazônia** no mesmo ano. Ou seja, o estado que será vitrine internacional da política ambiental brasileira é, na prática, o epicentro da devastação.

Além disso, o governo tenta se escorar em comparações convenientes para parecer eficiente, mas omite análises desfavoráveis:

- Quando comparamos o primeiro ano do governo Lula com o primeiro ano do governo Bolsonaro, o desmatamento foi praticamente o mesmo — girando entre 9 e 10 mil km².
- Quando observamos os primeiros meses de 2025, vemos [aumento de 482% do desmatamento](#) no bioma, quando comparado com mesmo período de 2024.

Em outras palavras, o discurso verde pode até ter mudado, mas a floresta continua tombando no mesmo ritmo.



Ponto 30
✖ Recorte tendencioso

Primeira redução do desmatamento no Cerrado em 5 anos.

Queda foi de 25,7% em 2024.


✔ Contexto amplo

Governo omite alta no desmatamento do Cerrado em 2023, que superou a Amazônia pela primeira vez

Enquanto destaca queda em 2024, governo ignora que o Cerrado registrou aumento de 3% no desmatamento em 2023, alcançando 11.011 km² e tornando-se o bioma mais devastado do país, segundo dados do INPE.

! Argumentação

O governo utilizou dados de queda em 2024, sendo que houve aumento em 2023. Naquele ano, o desmatamento do Cerrado ultrapassou o da Amazônia pela 1ª vez. O bioma apresentou a maior área desmatada entre os demais, totalizando 11.011 Km², segundo o INPE. Em 2022, o total de áreas desmatadas no Cerrado foi de 10.690 Km², o que indica aumento de 3%.

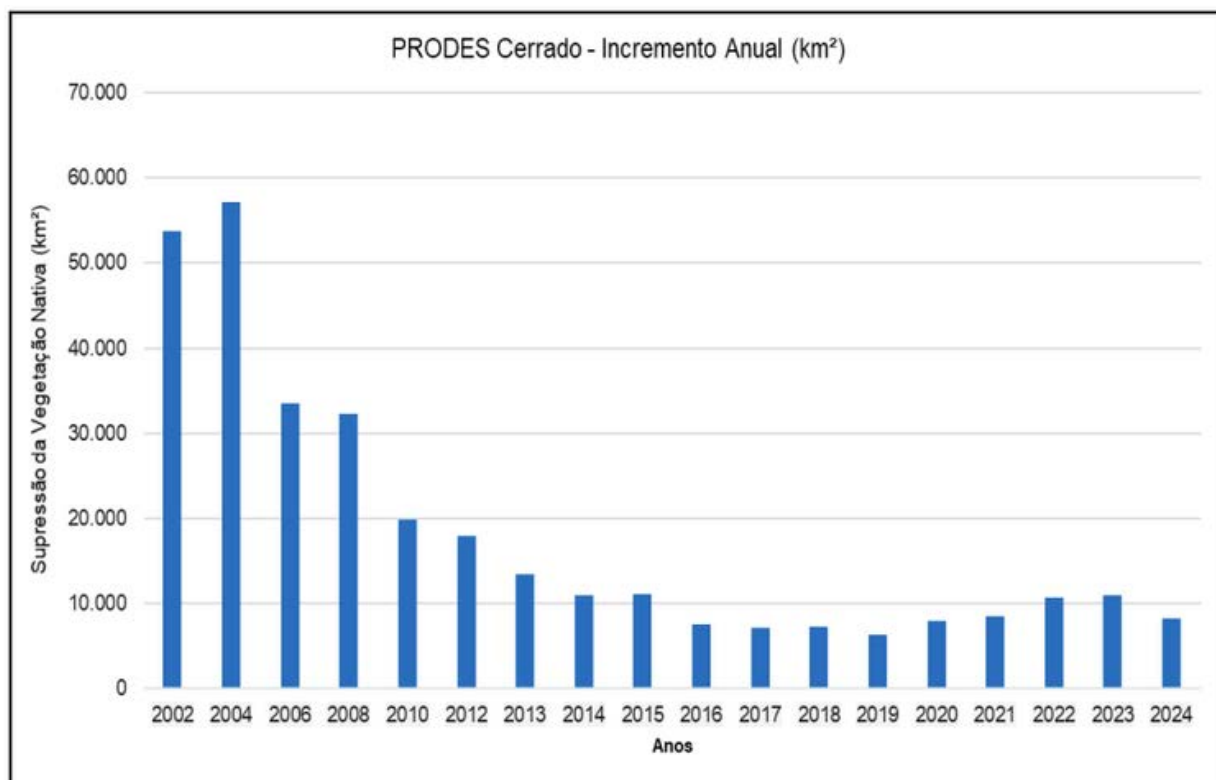


Figura 1 – Incremento anual de supressão de vegetação nativa (km²) no bioma Cerrado.

Fonte: [INPE](#).

Ponto 31

✗ Recorte tendencioso



Mais de R\$ 12 bilhões para obras estruturantes que garantem a oferta de água para a população,

especialmente no Nordeste. Além disso, o Programa Cisternas voltou e já superou as entregas de 2019 a 2022.

✓ Contexto amplo

A maior parte desses investimentos vêm como consequência do Novo Marco Legal do Saneamento, programa que o PT foi contra e tentou reverter logo no início da gestão Lula III.

! Argumentação

O discurso governamental se mostra enganoso ao induzir a percepção de que o Estado protagoniza os investimentos em obras de abastecimento de água. Embora todo esforço nesse sentido seja válido e mereça reconhecimento, desde a promulgação do Marco Legal do Saneamento Básico, a atuação governamental tem perdido protagonismo diante do avanço da iniciativa privada.

Segundo dados da Abcon Sindcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), **empresas privadas já representam 49,6% dos prestadores de serviço e planejam investir R\$ 70 bilhões apenas em 2025** — valor quase seis vezes superior ao previsto pelo governo federal. Esses dados expõem a fragilidade da posição ideológica defendida pelo PT, cuja resistência à participação privada compromete o avanço necessário para alcançar a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico.



Ponto 32
 Recorte tendencioso

Mais compromisso com povos indígenas e comunidades tradicionais.

Já são **13 Terras Indígenas homologadas e 32 territórios quilombolas** com decretos que viabilizam as suas titulações.


 Contexto amplo

Governo impõe assistencialismo a indígenas produtivos e se omite diante de conflitos fundiários no Sul do país

Revogação de norma ambiental prejudica agricultores indígenas, restringindo acesso ao crédito e incentivando dependência estatal, enquanto em Guaíra e Terra Roxa (PR) cresce a insegurança jurídica com invasões de terras por estrangeiros autodeclarados indígenas e inércia do Ministério da Justiça.

 Argumentação

Assistencialismo coercitivo:

Comunidades indígenas como os Pareci, Nambikwara e Manoki, que há quase duas décadas desenvolvem agricultura sustentável em Mato Grosso — gerando renda, autonomia e empregos com 95% da mão de obra formada por indígenas — vêm sendo prejudicadas pela revogação da Instrução Normativa Conjunta nº 1/2021, substituída pela IN nº 3/2023 no atual governo.

A nova normativa dificultou o licenciamento ambiental de atividades produtivas em terras indígenas, limitando o acesso dessas comunidades ao crédito rural e expondo-as a sanções do Ibama.

Além das consequências práticas, a mudança reflete uma visão ideológica que reconhece como legítimo apenas o modo de vida tradicional — como caça, pesca e coleta — desconsiderando a diversidade de projetos econômicos existentes entre os povos indígenas. Ao restringir deliberadamente suas alternativas de desenvolvimento, o governo impõe um modelo de assistencialismo coercitivo, no qual os indígenas são forçados à dependência estatal, mesmo quando optam por produzir e prosperar em suas próprias terras.

Retorno dos conflitos fundiários:

Os conflitos agrários em Guaíra e Terra Roxa (PR) revelam o incentivo pela omissão do governo na proteção aos produtores rurais frente a invasões de terras por grupos paraguaios que se autodeclararam indígenas, sem respaldo legal. Apesar da presença da Força Nacional, a resposta estatal tem sido ineficaz, enquanto o Ministério da Justiça permanece inerte diante da crescente violência.

Denúncias indicam que o Ministério dos Povos Indígenas e a Funai estariam emitindo certidões de nascimento a estrangeiros, facilitando a ocupação de propriedades privadas e gerando insegurança jurídica, o que levanta questionamentos sobre a legalidade e os riscos à soberania nacional.

Ponto 33

✗ Recorte tendencioso



Nunca se investiu tanto em Cultura no Brasil.

Só a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc garantiram R\$ 6,86 bilhões para o setor.

✓ Contexto amplo

Os investimentos decorrentes das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc são medidas aprovadas ainda no período da Pandemia Codiv-19, não sendo mérito algum do atual governo.

Pelo contrário, a Política Nacional Aldir Blanc entrou no rol de políticas que sofreram cortes de gastos do governo Lula.

! Argumentação

A Lei Paulo Gustavo foi aprovada em 2022, destinando R\$3,86 bilhões do Fundo Nacional da Cultura (FNC) para aliviar os impactos da pandemia de Covid-19 no setor. Os recursos foram destinados ao financiamento de projetos culturais, apoio e manutenção de espaços culturais, capacitação, entre outras ações. Porém, diante da exigibilidade da lei de uso dos recursos até 31 de dezembro de 2022, uma nova lei de iniciativa do Senado Federal prorrogou o uso dos recursos de incentivo à cultura. Portanto, não há mérito algum do governo federal na destinação desses recursos ao setor cultural.

Já a Política Nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura, que previa a destinação do valor correspondente a R\$3 bilhões a estados, Distrito Federal e municípios, **foi alvo do governo Lula no pacote de ajuste das contas públicas**. O governo editou a Medida Provisória nº 1274, de 22 de novembro de 2024, limitando a entrega da União **a até R\$3 bilhões, mediante comprovação da destinação de recursos orçamentários próprios, e reduzindo em R\$ 1,3 bilhão o repasse de 2024.**



Ponto 34
 Recorte tendencioso
Bolsa Atleta reajustado após 14 anos com valores congelados.

100% dos atletas olímpicos e paralímpicos que conquistaram medalha em 2024, nos Jogos de Paris, foram beneficiados pelo programa.


 Contexto amplo
O reajuste foi menor que a inflação acumulada no governo Lula.

A realidade dos atletas continua requerendo patrocínios privados para o alto desempenho.

 Argumentação

Apesar de ser anunciado como um avanço significativo, o reajuste de apenas 10,86% no programa Bolsa Atleta soa mais como um gesto simbólico do que uma medida efetiva. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto em julho de 2024, elevando os valores para faixas entre R\$ 410,00 e R\$ 16.629,00, conforme a categoria. No entanto, a inflação acumulada no governo Lula 3 alcançou 11,29% em fev/2025 (IPCA), anulando qualquer benefício real da medida. No fim das contas, para que os esportistas brasileiros consigam competir em alto nível e disputar resultados olímpicos, o apoio de patrocinadores privados continua sendo mandatório.



Parte III - Quais foram as verdadeiras entregas do governo?

Economia

IMPOSTOS

O governo arrecadou R\$ 2,7 trilhões - um valor real de 9,5% maior do que o observado em 2023.

MAIOR CARGA TRIBUTÁRIA DA HISTÓRIA

Com essa arrecadação recorde, **o Brasil** chega à **carga tributária de 34,24% do PIB**, 1,23 p.p (equivalente a 144 bilhões) acima do governo Bolsonaro e **a maior da história**.

obs.: o governo divulga 32,3% do PIB, mas esse dado exclui todo o Sistema S e o FGTS (recomendação do FMI). Isso não altera a conclusão de que alcançamos a maior carga da história.

GASTOS DO GOVERNO

Mesmo assim, estamos com um déficit trilionário. O rombo fiscal de R\$ 1,128 trilhão corresponde a 10,02% do PIB (Produto Interno Bruto) - um déficit nominal mais alto do que na pandemia. Do ponto de vista do primário, criou-se uma meta fictícia que exclui do câmputo despesas tipicamente primárias. Com isso, observa-se uma pressão cada vez maior sobre a dívida pública.

GASTOS DO GOVERNO PAGANDO JUROS DA DÍVIDA

O Brasil é o país que mais paga juros de dívida no mundo, aponta estudo. Encargos com juros estão relacionados à continuidade de políticas expansionistas e à expectativa de crescimento da dívida, aponta FSB. Em 2024, o governo gastou R\$ 988 bilhões com juros e encargos da dívida. Em 2022, o gasto com juros foi de cerca de R\$ 664 bilhões - 33% a menos.

DÓLAR NAS ALTURAS

Com Lula, [o dólar chegou à cotação recorde](#) de R\$ 6,30 e se mantém em patamar elevado a dois anos.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

[A taxa de investimento \(investimento/PIB\) no governo Lula é menor que no governo Bolsonaro](#), mesmo com os anúncios de trilhões e mais trilhões para o PAC e para a Neointustrialização. A realidade é que boa parte dos anúncios de investimentos do governo são apenas intenções futuras associadas com a multiplicação de obras paradas. Na prática, o governo se mantém abaixo da média histórica de investimentos/PIB.

TAXA DE INVESTIMENTO

Com essa arrecadação recorde, [o Brasil chega à carga tributária de 34,24% do PIB](#), 1,23 p.p (equivalente a 144 bilhões) acima do governo Bolsonaro e **a maior da história**.

obs.: o governo divulga 32,3% do PIB, mas esse dado exclui todo o Sistema S e o FGTS (recomendação do FMI). Isso não altera a conclusão de que alcançamos a maior carga da história.

Transparência e Governança

AMPLIAÇÃO DOS GASTOS COM PUBLICIDADE

Apenas [os R\\$ 3,5 bilhões previstos para este ano](#) com o objetivo de recuperar a imagem do governo seriam suficientes para construir 777 escolas públicas e atender quase 400 mil alunos. A escolha, no entanto, é investir em documentos como o “Brasil dando a volta por cima”. O aumento desproporcional com gastos publicitários vem se tornando uma marca do governo Lula III, que culpa mais a comunicação do que a gestão.

LOTEAMENTO DOS MINISTÉRIOS

Desde a volta do PT ao Planalto, [o número de filiados ao partido em cargos comissionados na gestão federal aumentou dez vezes](#), passando de 0,9% em julho de 2022 para 9% atualmente, superando os índices de governos anteriores. Além disso, [o governo aumentou os valores dos cargos comissionados em até 69%](#) e criou diversos ministérios sem recursos para tocar políticas públicas efetivas, abrigando [ex-candidatos do PT e militantes](#).

ORÇAMENTO SECRETO NA MÁXIMA HISTÓRICA

Após criticar o mecanismo nas eleições, Lula agora se empenha em ultrapassar suas marcas históricas na alocação de recursos para o controverso orçamento secreto.

DESPERDÍCIO DE RECURSOS COM VIAGENS DE LULA

Os gastos com viagens de Lula em 2024 somaram R\$ 3,58 bilhões, valor suficiente para contratar quase 29 mil policiais por ano, com salário médio de R\$ 9.503,42, reforçando a segurança nas ruas.

DESPERDÍCIO DE RECURSOS PÚBLICOS COM O GABINETE DE JANJA.

O gabinete informal de Janja custa até R\$ 2 milhões por ano, valor suficiente para construir 40 casas populares ou instalar 500 câmeras de segurança com reconhecimento facial.

TRANSPARÊNCIA? NÃO, OBRIGADO!

O terceiro governo Lula é o que mais rejeita pedidos de acesso à informação, restringindo o acesso a dados públicos e dificultando a transparência. Essa postura contraria não apenas o princípio da Lei de Acesso à Informação, mas também as promessas de campanha de fortalecer a transparência e o controle social sobre a administração pública.

QUEDA NA POSIÇÃO DO BRASIL EM RANKING INTERNACIONAL DE TRANSPARÊNCIA

Em 2024, o Brasil alcançou sua pior posição no Índice de Percepção da Corrupção avaliado desde 2014, ocupando a 107ª colocação entre 180 países, com críticas à postura de Lula e à crise das emendas parlamentares. A reação do governo, no entanto, foi de minimizar o índice e atacar a Transparência Internacional, que é responsável por sua elaboração.

Estatais

ROMBO RECORDE

Em 2024, as estatais registraram um rombo de R\$ 7,2 bilhões, o maior em 22 anos. Em contraste, em 2022, tiveram um saldo positivo de R\$ 4,55 bilhões. Na peça do Ministro Sidônio, esquece-se de dizer que as estatais são drenadas de recursos para manter as políticas que o governo publiciza. O rombo fiscal e a insolvência de empresas acabam sendo as consequências.

FUNDOS DE PENSÃO EM NOVA CRISE

A Previ registra um rombo de [R\\$ 17,66 bilhões](#) em 2024 no Plano 1, o maior das últimas décadas, superando os R\$ 16,1 bilhões registrados durante o governo de Dilma Rousseff.

PEDALADAS DA TELEBRAS

A Telebras, vinculada ao Ministério das Comunicações, [teria transferido despesas de 2023 para o orçamento de 2024](#), configurando uma pedalada fiscal de R\$ 77 milhões.

PREJUÍZO E INSOLVÊNCIA DOS CORREIOS

Os Correios enfrentam o [maior prejuízo de sua história](#) e, em situação de "insolvência", impõem medidas drásticas, como teto de gastos e suspensão de contratações terceirizadas.

LOTEAMENTO DA PETROBRAS

[O governo Lula usa a Petrobras como cabide de empregos](#), colocando apadrinhados [políticos e sindicalistas](#) em cargos estratégicos.

Segurança Pública

A crescente violência e sensação de insegurança são hoje as maiores preocupações da população brasileira, segundo pesquisa Genial/Quaest, e têm afetado diretamente a popularidade do presidente Lula em seu terceiro mandato. Enquanto o slogan oficial “União e Reconstrução” parece cada vez mais distante da realidade, o país enfrenta um cenário que se assemelha a zonas de conflito, com facções criminosas infiltradas em setores estratégicos da economia e faturando bilhões com o tráfico de drogas. A ausência de ações federais concretas, especialmente em estados como a Bahia e o Rio de Janeiro — que registram índices alarmantes de violência —, expõe a fragilidade da segurança pública nacional.

Além dos altos índices de homicídios, roubos e furtos, crimes como feminicídio, estupro e assassinatos de pessoas LGBTQIA+ também cresceram, sem respostas efetivas do governo. A postura do ministro da Justiça, que responsabilizou as prisões malfeitas pelo aumento da criminalidade, foi duramente criticada por profissionais da área.

Em meio à crise, o governo lançou medidas simbólicas, como o envio de mensagens via WhatsApp para celulares roubados, o que gerou ainda mais perplexidade. A omissão sobre propostas estruturantes, como a PEC da Segurança Pública, durante os eventos oficiais reforça a percepção de que o governo tem pouco a oferecer diante de um país assolado pela criminalidade.

Relações Internacionais

A política externa do governo Lula tem sido marcada por alinhamentos controversos com regimes autoritários, como Venezuela, Coreia do Norte e Rússia, e por tensões com países como Israel, além de omissões diante de denúncias de fraudes eleitorais na Venezuela. Na ONU, Lula adotou uma postura pró-Palestina que teve pouca repercussão internacional, enquanto sua diplomacia foi criticada por seletividade e contradições, como condenar ataques na Ucrânia sem mencionar a Rússia.

Internamente, medidas como a retirada do embaixador de Israel e cortes no Itamaraty levantaram dúvidas sobre as prioridades diplomáticas. A aproximação com a China por meio da Nova Rota da Seda, incluindo um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões, também gerou alertas quanto à dependência tecnológica e ao risco de endividamento. A atuação externa do governo tem sido vista como desalinhada com princípios democráticos, com baixa transparência e foco questionável nos interesses nacionais.

Meio Ambiente

CAMPEÃO DAS QUEIMADAS

O Brasil enfrentou um cenário alarmante de queimadas em 2024, com a destruição de 493.884 km² segundo o INPE, o maior índice em duas décadas. O Cerrado e a Amazônia foram os biomas mais atingidos, refletindo a ausência de políticas preventivas eficazes e o baixo investimento público em fiscalização e combate.

Agro

INVASÕES DE TERRAS

Conforme plataforma de denúncias contra as invasões criada pela CNA, foram mais de 115 propriedades rurais invadidas nos 2 primeiros anos de governo. O valor chegou a quase o dobro dos 4 anos somados de governo Bolsonaro (62 invasões).

Indígenas

YANOMAMIS

Durante a grave crise humanitária enfrentada pelo povo Yanomami, o governo federal impôs sigilo e interrompeu a divulgação de dados sobre mortes e atendimentos médicos no território, justamente após a revelação de um aumento de 6% dos óbitos em 2023 (363 mortes) em comparação a 2022, além de um salto expressivo nos casos de malária. A medida levanta suspeitas, especialmente após a própria ministra dos povos indígenas admitir que o governo Lula subestimou a crise e falhou em resolvê-la. O apagão de dados é mais uma clara tentativa de ocultar da sociedade a real dimensão da tragédia.

Saúde

Mortes por dengue no Brasil em 2024 superam o total de oito anos anteriores. A doença matou 6.264 pessoas, com 416 óbitos em investigação, segundo o Painel de Arboviroses do MS. De 2016 a 2023, foram 4.992 óbitos.

Educação

Governo esconde dados do Saeb - Falta de transparência e a tomada de decisão por não divulgar dados que demonstram a falha do governo em avançar na política de alfabetização. Pelo segundo ano consecutivo o Inep decidiu omitir os dados da principal avaliação da educação básica, o Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica. O apagão de dados do governo dificulta a ação de órgãos de controle e preocupa educadores.

Falhas recorrentes no Sisu e no Fies. - No acesso ao Fies, em 2025, os estudantes relatam [irregularidades na definição das vagas de cotas PPI e PCD sendo transferidas para ampla concorrência, falta de atualização das listas de espera, erros no processo de seleção do Fies Social e Fies Normal.](#)

No Sisu, os [erros do sistema do MEC levaram candidatos logados em suas contas gov.br a acessarem dados de outros estudantes.](#) Dificuldades para confirmar as opções de cursos.

Greve Nacional que atingiu universidades e institutos federais em 2024 - [Greve nacional de mais de 60 dias de professores e técnicos-administrativos das Universidades, da rede federal de educação básica e os técnicos-administrativos dos Institutos Federais.](#)

Cultura

O governo bateu recorde com a autorização de R\$16,8 bilhões de renúncia fiscal via Lei Rouanet, em 2024. Do ponto de vista da captação, 2023 e 2024 também tiveram recordes, com [2,359 bilhões de reais e 2,377 bilhões de reais captados em 2023 e 2024](#), respectivamente. O aumento das autorizações de renúncia fiscal impactam diretamente nas contas do governo, que busca cada vez mais ampliar sua arrecadação.

Energia

GASTOS CONTROVERSOS EM ITAIPU ONERAM A ENERGIA DE CONSUMIDORES BRASILEIROS

Os gastos de Itaipu com "[ações socioambientais](#)" em 2023 ultrapassaram US\$ 921,7 milhões ([R\\$ 4,78 bilhões](#)), um aumento de 82,45% em relação a 2022, incluindo despesas controversas como obras de infraestrutura (estradas, pontes e pistas de aeroportos), repasse de [R\\$ 81 milhões](#) para uma cooperativa ligada ao MST e R\$ 43,8 milhões para eventos patrocinados. [Especialistas criticam](#) o uso político desses recursos, que [criam um rombo em Itaipú](#) e apontam que esse montante deveria ter sido direcionado para reduzir o custo da energia no Brasil, aliviando o impacto na conta de luz dos consumidores.

Assuntos Sociais

ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO

De acordo com [dados de fev/25 do Serasa](#), enquanto 75 milhões de brasileiros estão endividados, Lula lança nova modalidade de empréstimo, reforçando que o trabalhador poderá se endividar para pagar suas dívidas.

ASSÉDIO NO GOVERNO FEDERAL

A CGU registrou [4 mil denúncias de assédio](#) no governo federal em 2023, o que corresponde a uma média de 17 ocorrências por dia, estabelecendo um recorde histórico.

A CIÊNCIA NÃO VOLTOU...

A falta de investimentos em Ciência e Tecnologia no governo Lula revela a distância entre o discurso de valorização da pesquisa e a realidade orçamentária do país.

VOA BRASIL NÃO DECOLOU

Prometido por Lula para oferecer 3 milhões de passagens aéreas a até R\$ 200, o programa Voa Brasil foi lançado com mais de um ano de atraso e, passados quase 10 meses, atingiu apenas 1,18% da meta, com 35.419 bilhetes vendidos.